



# **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM DUAS SALAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE NA PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DO AEE**

Rozeli de Farias <sup>1</sup>

Maria Zildelaine de Queiroz Santos <sup>2</sup>

## **RESUMO**

A educação inclusiva é um processo em construção social, e coletiva, que merece um olhar sensível e comprometido com a busca de solucionar questões relacionadas em entraves/barreiras que comprometam o desenvolvimento do indivíduo. O objetivo do presente artigo é refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recurso Multifuncional (SRMF) em duas escolas da Rede Municipal do Recife. Nesse sentido, buscou-se investigar a percepção de duas professoras especialistas sobre as condições de ensino organizadas para os alunos com deficiência em duas salas de SRMF na rede municipal de Recife, como contribuição ao AEE. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas e observações da prática de duas professoras nas SRMF. Os resultados revelaram que existe a necessidade de articulação do AEE com a sala regular, com a gestão, com os pais e com os envolvidos na escola.

**Palavras-chave:** Salas de Recursos Multifuncionais, Inclusão, Atendimento Educacional Especializado.

## **INTRODUÇÃO**

Estudar a educação escolar das pessoas com algum tipo de deficiência nos remete não apenas a questões referentes a limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes das pessoas. Desse modo, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeros obstáculos para participar da educação escolar, decorrentes tanto da deficiência, como da maneira como se organizam as propostas educacionais. Por esta razão, muitas crianças são prejudicadas pela falta de adequação do trabalho ao potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e cultural levando-os a perdas consideráveis no seu desenvolvimento e aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação da Universidade Federal Pernambuco – UFPE, [rozeli\\_farias@hotmail.com](mailto:rozeli_farias@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento da Universidade Maurício de Nassau – UNINASSAU, [zildelaine@gmail.com](mailto:zildelaine@gmail.com);



Faz alguns anos que o Ministério da Educação – MEC, frente ao paradigma da educação inclusiva criou o Atendimento Educacional Especializado – (AEE) que estimula o desenvolvimento de habilidades extracurriculares no ensino regular inclusivo. Que quando convenientemente interpretadas e asseguradas nas escolas, o AEE pode promover mudanças no ensino, atendendo assim os requisitos de uma educação para todos.

Este estudo surgiu de diversas indagações como: Quem é o profissional que atua nas salas do AEE? O atendimento contribui com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência? Diante dessas questões foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa, bem como de observação e entrevistas semiestruturadas com duas professoras de Atendimento Educacional Especializado - AEE para coleta de dados e análises. Sendo assim, esta pesquisa se constrói em três momentos, sendo a primeira, fundamentação teórica, a segunda metodologia e a terceira os resultados alcançados.

Este artigo objetiva investigar a percepção de professoras especialistas sobre as condições de ensino organizadas para os alunos com deficiência em duas salas de recursos multifuncional na Rede Municipal de Recife, como contribuição ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Com esse artigo desenvolvido, esperamos contribuir com o debate sobre a prática dos professores nas salas de recursos multifuncionais em escolas da Rede Municipal do Recife, para possíveis pesquisas e discussões futuras.

## **METODOLOGIA**

Este estudo foi realizado através de abordagem qualitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se fundamenta na necessidade de entender a relação estabelecida entre o objeto da pesquisa e os sujeitos participantes. O método utilizado foi observação e entrevistas semiestruturadas com as duas professoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A escolha desse percurso metodológico se deu pela necessidade de estabelecer um contato mais próximo do campo delimitado, através de procedimentos de observação, com o objetivo de entender como funciona uma “Sala de Recursos Multifuncionais” – SRMF (LAKATOS; MARCONI, 2007).



Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa foi dividida em dois momentos: num primeiro momento foi feita duas sessões de observação em que durava quatro horas, em média, por dia, nas duas escolas da Rede Municipal do Recife pesquisadas, cada professora atende até quatro crianças no contra turno.

Em um segundo momento foi realizado uma entrevista semiestruturada com professora da SRMF de cada uma das escolas. A escolha por esse tipo de entrevista se deu por permitir emergir, segundo MANZINI (1990/1991), informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Para a análise dos dados, foram utilizadas como referência as três fases básicas da análise de conteúdo descritas por BARDIN (1979), ou seja, a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

A análise das observações realizadas nas SRMF e das transcrições das entrevistas foi acompanhada de cuidadosas leituras das transcrições das entrevistas para só a partir daí iniciar as análises.

As análises e discussões dos resultados foram organizadas, inicialmente, com as observações realizadas na SRMF e depois com as entrevistas das professoras. Esse procedimento nos permitiu ter um entendimento mais detalhado dos recursos didáticos disponíveis, bem como possibilitou compreender qual é efetivamente o trabalho do professor da SRMF.

## **AS LEGISLAÇÕES NO BRASIL ACERCA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação com as políticas públicas, para assegurar o acesso dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular.

A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 para todos os estudantes e a efetivação desse direito deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem qualquer distinção. Nesse sentido, os sistemas de ensino modificaram sua organização, assegurando aos estudantes da educação especial, a matrícula nas classes comuns e a oferta do AEE previsto no projeto político pedagógico da escola.



No sentido de atender este direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no artigo 4, inciso III, aponta que o Estado deve ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

No artigo 58, parágrafos 1, 2 e 3 da LDB 9394/96 a educação *especial constitui-se uma modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para estudantes que possuem algum tipo de necessidades especiais. Este atendimento especializado está assegurado na lei a todos estudantes que sofrem com alguma deficiência/transtorno e altas habilidades, em salas especializadas, no espaço escolar ou serviços de atendimento especializados desde a educação infantil, conforme os parágrafos abaixo citados:*

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Para um trabalho integrado com profissionais qualificados a fim de atender estudantes com deficiência/transtorno nas salas de AEE, a LDB/96 assegura no artigo 59, inciso III que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse inciso fala da importância da formação continuada de professores de salas AEE atuarem de forma integrada com os educadores de salas do ensino regular.



## **A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.**

A inserção de pessoas com deficiência, não se caracteriza como inclusão escolar, visto que, para que se tome forma de inclusão, a escola deve se adequar as necessidades desses estudantes, adaptando de acordo com suas deficiências/transtornos, buscando o trabalho que visem à promoção dos educandos ao desenvolvimento pleno, através das tecnologias assistivas, como também recurso pedagógico de acordo com suas necessidades específicas, tendo acessibilidade, tanto na arquitetura, quanto aos procedimentos pedagógicos. Para PAZIAN, MENDES E CIA, p. 218, 2014 apud OMOTE (2004, p.6) em que “[...] a mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos.”

Numa perspectiva inclusiva, as salas de recursos multifuncionais dentro das escolas, devem oferecer condições que levem o sujeito, a superar suas necessidades particulares/específicas e desenvolver suas habilidades, promovendo o sujeito as mais variadas situações pedagógicas, com os diversos materiais que a sala de recurso multifuncional possa oferecer, permitindo experimentações, elevando seu potencial cognitivo, sendo assim inserindo culturalmente e socialmente, bem como, estimular seu desenvolvimento intelectual, físico e psicológico dentro do espaço escolar, com os diversos profissionais que lá existem.

De acordo com PAZIAN, MENDES E CIA (2014) as SRMF começam a ser uma realidade e tem recebido incentivos materiais e investido na formação profissional do professor para atuar nessas salas.

De acordo com ANJOS (2011, p.4 e 5) as SRMF são “[...] um espaço para atendimento educacional especializado (AEE), tendo como objetivo oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo seu acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de algumas competências e habilidades próprias.” Para isso é necessário ter como ferramenta de apoio um ambiente que estimulem através dos mais variados materiais pedagógicos e específico para cada tipo de deficiência/transtorno, com vistas ao desenvolvimento pleno, e ainda, oferecer



condições de acessibilidade que permitam a sua inserção social dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo CIA E RODRIGUES (2014), é importante, também, que exista um bom relacionamento entre os profissionais atuantes junto ao aluno – professor da sala comum e professor das SRMF e estes com a família - para que ocorra um atendimento melhor estruturado e que tenha mais eficácia, beneficiando ao aluno em questão.

Segundo o documento orientador do programa implantação de Salas de Recursos multifuncionais (2010, p.9) retrata o seguinte:

O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial. As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Por isso, a escola necessita de cuidados ao se referenciar sobre todos os sujeitos da escola, e assim as escolas ao invés de construir igualdade plena para os alunos com deficiência ou sem, muitas vezes constroem barreiras atitudinais na escola no que se refere a estigmas, preconceitos, marginalizando os sujeitos, mesmo que nem a perceba.

Segundo LIMA E SILVA (2012, p.5) “[...] o maior problema das barreiras atitudinais está em não as removermos, assim que são detectadas. Exemplos de algumas dessas barreiras atitudinais são a utilização de rótulos, de adjetivações, de substantivação da pessoa com deficiência como um todo deficiente, entre outras.”, mediante a essas barreiras atitudinais, configura-se em marginalizar, bem como



construir preconceitos oriundos de estigmas, e aí, elas surgem em nossa linguagem, tanto quanto em nossas atitudes ou omissões.

Assim como SASSAKI diz

Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade (1997, p.122).

Desse modo, é necessário que todos os centros educacionais construam, verdadeiramente, um olhar inclusivo; que não fique apenas em documentos legais sobre leis e direitos, mas que se faça cumprir de fato essas obrigações necessárias para toda uma sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **OBSERVAÇÃO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

As duas escolas pesquisadas funcionavam em tempo integral e as professoras do AEE atendiam na SRMF no contra turno os alunos com algum tipo de deficiência ou transtornos. As observações foram feitas no horário da tarde com duração em média de quatro horas por dia. Cada atendimento realizado pela professora durava cerca de cinquenta minutos. As escolas e professoras serão aqui referidas como escola e professora **A** e escola e professora **B**.

A SRMF da escola **A** possuía um espaço relativamente amplo. O mobiliário era constituído por mesas e cadeiras e uma estante com livros didáticos e paradidáticos, tabletes, computadores comuns e uma mesa interativa.

A SRMF da escola **B** possuía um espaço físico bastante reduzido. O mobiliário e equipamentos semelhantes ao da escola A. Nessa escola vimos ainda alguns jogos, brinquedos e material produzido pela professora.



Foram sujeitos desse estudo duas professoras formadas em Pedagogia com especialização em Educação Especial. Ambas tinham uma experiência de quinze anos em salas regulares, mas estava já há cerca dez anos atuando na Rede Municipal de Recife dos quais quatro anos no Atendimento Educacional Especializado em SRMF. Cada uma das professoras dessas escolas atendiam cerca de nove crianças com as mais diversas deficiências no contra turno.

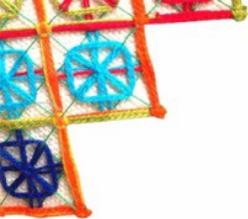
As observações realizadas nas SRMF das duas escolas mostraram que uma das escolas era pouco acessível para atender alunos com deficiência físico, assim o acesso era limitado, percebemos a falta de acessibilidade, na estrutura arquitetônica, e não vimos corrimãos, rampas entre outros. A chegada também era de difícil acesso, pois ambas necessitam de mobilidade acerca da entrada, pois umas das escolas a rua não tem calçamento, a outra não tem guia de pedras para pessoas cegas. Além disso, as professoras que atendem nas SRMF observadas atendem crianças e adolescentes com todo tipo de deficiência. Embora as duas professoras possuíssem formação específica em Educação Especial, acreditamos que essa formação não consiga dar conta das especificidades de cada tipo de deficiência, transformando o atendimento em reforço do conteúdo curricular e não um complemento ou suplemento como deveria acontecer.

Assim, é imprescindível que tanto os cursos de formação inicial quanto os de formação continuada sejam realizados para que os professores das SRMF se apropriem dos conhecimentos específicos e que venham a contribuir de forma positiva para a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

## **AÇÕES DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS E A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO NAS SALAS DE RECURSOS**

Segundo as professoras das escolas A e B a relação com famílias dos alunos atendidos na SRMF era bem variada. Elas mencionaram dificuldades em manter contato com as famílias, informou que alguns pais e familiares omitiam informações ou não trazem os filhos para o atendimento, o que acaba dificultando o trabalho.

Assim os relatos apontaram para uma necessidade de parceria da professora do AEE de estabelecimento de um relacionamento cordial com a família dos alunos, com vistas a proporcionar mais conhecimento das necessidades, hábitos e comportamentos



dos alunos atendidos, bem como esclarecer dúvida ou responder à pergunta das famílias sobre o trabalho desenvolvido nas SRMF.

Quanto a relação do trabalho desenvolvido nas SRMF, pelas professoras do AEE, quanto a participação da gestão das duas escolas foi dito que “[...] a gestão realmente se integra, ... corre atrás, ... elas são jovens tão com cabeça fresca... as duas apoiam muito... (Professora A) e na segunda a Professora B [...] a gestão administrativa, sempre está a par de tudo, comunicamos tudo no diário de bordo, e pedimos sempre a opinião da equipe gestora, para possíveis mudanças ...”, assim ambas as professoras afirmaram que a gestão participa ativamente da conexão com a SRMF.

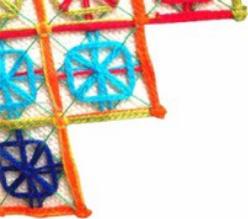
## **SUGESTÕES PARA MELHORIA DA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E COM OS PROFESSORES DAS SALAS COMUNS.**

ANJOS (2011, p.5) defende que “Os professores que atuam nas salas de recursos devem participar de maneira colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo [...]”, portanto o papel do agente do AEE, é de criar condições plenas para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Isso exige uma integração dos pais e a comunidade escolar com princípios de inclusão, ofertando a família e a comunidade escolar no discurso do que venha ser a inclusão.

De acordo com MIRANDA (2008) a inclusão exige uma total mudança no cenário da escola, pois todos têm que se adaptar as condições específicas de cada aluno, ao contrário do que geralmente acontece os alunos é que têm que se adequar a escola, assim é necessário que se faça mudança no que se refere de fato a inclusão.

Nessa premissa, é necessário que todos da comunidade escolar/pais dialoguem a respeito de possibilidades de melhorias em termos de vários aspectos, materiais, psicológicos e pedagógicos, que comprometam o desenvolvimento dos educandos.

Diante das análises dos relatos das duas professoras, acreditamos ser necessário um olhar sensível e comprometido entre a escola e os pais, para que haja mais cumplicidade para resolver questões relacionadas, ao trabalho do professor do (AEE), a sala de recurso multifuncional (SRMF) e as deficiências/transtornos e altas habilidades dos alunos.



Para enfrentar problemas mencionados acima é necessário que a gestão da escola dialogue com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e outros profissionais, para que assim busquem melhores condições de trabalho, como por exemplo, buscar ampliação do espaço físico para o atendimento especializado, pesquisa de novos materiais pedagógicos dentro da sala de recurso multifuncional (SRMF), articular diálogos com os envolvidos (professores, gestores, pais e alunos).

Uma sociedade inclusiva, segundo SASSAKI (1997), vai além de garantir ambientes adequados e adaptados para todos, ela constrói solidificando atitudes de aceitação das diferenças, das diversidades, da cooperação conjunta de todos. Tais questões devem ser dialogadas com a equipe da gestão administrativa e o profissional do atendimento educacional especializado (AEE), para desenvolver o mecanismo que contemplem o desenvolvimento do indivíduo, no que diz respeito às suas limitações, segundo PASIAN, MENDES E CIA (2014, p.218) “[...] do processo de funcionamento das SRM alguns pontos devem ser questionados, como verificar a organização do atendimento a diversidade de alunos, a relação entre o currículo da SRM e das classes comuns que o aluno frequenta e também os limites e possibilidades dos apoios oferecidos.”.

Observados os discursos das professoras, foi percebida uma falta de articulação tanto dos pais quanto da parte gestão administrativa, como também da escola no geral. Isso poderia acontecer através da promoção de palestras, oficinas, para sensibilizar todos sobre a importância da sala de recurso multifuncional (SRMF) e sobre o trabalho desenvolvido numa perspectiva de inclusão. É necessário também atendimento diário aos alunos na SRMF.

As observações nas SRMF e as entrevistas com as professoras dessas salas apontam para a necessidade de desenvolver tanto estratégias pedagógicas e intervenções específicas, visando propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional desse grupo de alunos, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem. Também foi detectada a necessidade de promover espaços devidamente constituídos com equipamentos, mobiliário e materiais didáticos pedagógicos e tecnológicos para atender a estes alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Este trabalho sobre o Atendimento Educacional Especializado-AEE desenvolvido em Salas de Recursos Multifuncionais-SRMF da Rede Municipal do Recife revelou a distância entre os discursos inclusivos e as práticas reais dos segmentos envolvidos na educação desses alunos. Para isso, elegemos duas questões de pesquisa: quem é o profissional que atua nas salas do AEE? O atendimento contribui com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência?

A observação do trabalho nas SRMF revelou a precariedade da estrutura física das duas salas de recursos, também a falta de conhecimento sobre as Políticas Públicas voltadas para a Inclusão na escola, e por isso, distancia o professor e sua prática, dificultando o trabalho realizado na escola.

No discurso apresentado pelas docentes, uma das professoras relataram a necessidade de mais tempo para o desenvolvimento do trabalho na SRMF, bem como uma maior articulação com as professoras das salas regulares e com as famílias. Isso se configura a falta de articulação entre os sujeitos envolvidos na escola e família com o trabalho do AEE, observamos durante a coleta de dados que as professoras buscavam melhorar essa relação, no entanto, falta-lhes tempo ou mesmo estratégias para tanto.

Por fim, esperamos que este estudo seja capaz de contribuir com o debate sobre AEE em uma escola verdadeiramente inclusiva, que se paute cada vez mais no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

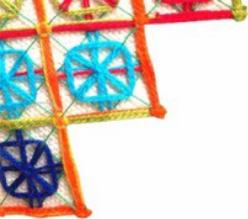
## REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALAS DE RECURSOS**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 5, V. 9, p. 1-11, jan/ jun. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa** (1988). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 28 abri. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/legislação](http://www.planalto.gov.br/legislação)>. Acesso em: 28 abri. 2016.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.



NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010. **Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.** p. 9  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

CIA, Fabiana; RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Ações do Professor da Sala de Recursos Multifuncionais com os Professores das Salas Comuns, Profissionais e Familiares de Crianças Pré-Escolares Incluídas.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p.85, jan. /jun. 2014. <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/2891/2573>> Acesso em: 26 mai. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6º edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.** Cadernos de História da Educação, n.7, p.29, jan/dez. 2008.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **BARREIRAS ATITUDINAIS: OBSTÁCULOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA.** p. 5-7, 2012. Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html>>

PASIAN, Mara Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Salas de recursos multifuncionais:** Revisão de artigos científicos. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 3, p. 213-225. 2014

RECIFE. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** Subsídios para Atualização da Organização Curricular. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). \_\_ Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2012. Disponível em: <[http://www.recife.pe.gov.br/cidadaniaambiental/upload/pdf/material\\_adicional/Outros\\_textos\\_relevantes/Primeiro\\_caderno\\_versao\\_5\\_Final\\_Gestor\\_rede.pdf](http://www.recife.pe.gov.br/cidadaniaambiental/upload/pdf/material_adicional/Outros_textos_relevantes/Primeiro_caderno_versao_5_Final_Gestor_rede.pdf)> Acesso em: 28 Abr. 2016.

SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.